



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/MONTEIRO-PB**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/MONTEIRO-PB**

OFÍCIO CIRCULAR nº14/2020/GABINETE DE PROCURADOR- PRM/MONTEIRO-PB

Monteiro, 11 de dezembro de 2020.

**A Sua Excelência o(a) Senhor(a)**

**PREFEITO(A) MUNICIPAL**

**Assunto: Solicitação de informações.**

**Referência: Procedimento Preparatório nº 1.24.004.000012/2020-69**

Senhor(a) Prefeito(a),

Cumprimentando-o(a), informo que tramita nesta Procuradoria da República o procedimento em epígrafe, instaurado com o fim de acompanhar nos 27 (vinte sete) municípios de atribuição da PRM/Monteiro/PB, as ações implementadas para o enfrentamento da Pandemia da COVID19 pelos gestores municipais em conjunto com as secretarias de saúde dos municípios e demais autoridades sanitárias.

Visando instruir os autos, sirvo-me do presente para enviar a Vossa Excelência (em anexo) cópia da Ata da Reunião Conjunta ocorrida em 10 de dezembro de 2020. Outrossim, **com fundamento no art. 8º, inciso II, da Lei complementar nº 75/93**, solicito a Vossa Excelência que envie a esta Procuradoria da República, **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, planilha de gastos realizados e planejados, com as devidas justificativas, com cada item relativo à pandemia e justificativas técnicas dos protocolos adotados para aquisição de

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB	Rua José Araújo Japiassu, Nº 112, Centro De Monteiro - Cep 58500000 - Monteiro-PB Telefone: (83)33511369 <a href="http://www.mpf.mp.br/mpfservicos">www.mpf.mp.br/mpfservicos</a>
--	---	---

insumos, medicamentos e equipamentos.

Conforme **Portaria PGR/MPF nº 1.213/2018**, que dispõe sobre o recebimento e a gestão de documentos protocolados junto ao Ministério Público Federal, solicito que a resposta seja encaminhada via **Protocolo Eletrônico** através do link: <http://apps.mpf.mp.br/ouvidoria/app/protocolo/>.

Atenciosamente,

**JANAINA ANDRADE DE SOUSA**  
Procuradora da República

 <p><b>MPF</b> Ministério Público Federal</p>	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB</p>	<p>Rua José Araújo Japiassu, Nº 112, Centro De Monteiro - Cep 58500000 - Monteiro-PB Telefone: (83)33511369 <a href="http://www.mpf.mp.br/mpfservicos">www.mpf.mp.br/mpfservicos</a></p>
--	--	--



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/MONTEIRO-PB**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/MONTEIRO-PB**

Referência: Procedimento Preparatório n. 1.24.004.000012/2020-69

**ATA DE REUNIÃO**

Aos dez dias do mês de dezembro de 2020, às 09h30min, reuniram-se, por meio de videoconferência realizada via Cisco Webex Meeting, o Procurador da República JOSÉ GUILHERME FERRAZ DA COSTA, a Procuradora da República JANAINA ANDRADE DE SOUSA, o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba LUCIANO ANDRADE FARIAS, o Promotor de Justiça RANIERE DA SILVA DANTAS, a Promotora de Justiça ADRIANA AMORIM DE LACERDA, e a Procuradora do Trabalho MARCELA DE ALMEIDA MAIA ASFORA, com representantes dos municípios sob atribuição da PRM de Monteiro e com o Secretário Executivo da FAMUP (Federação das Associações de Municípios da Paraíba) PEDRO DANTAS.

A Procuradora da República JANAINA ANDRADE abriu a reunião recepcionando os convidados e rememorando que o procedimento extrajudicial em tela tem por objeto acompanhar e avaliar as medidas que têm sido adotadas pelos órgãos públicos com o escopo de prevenir e monitorar os possíveis casos de Coronavírus (COVID - 19). Acrescentou que, conforme diretrizes de integração emanadas do CNMP, esta reunião conta com participação de membros dos diversos ramos do Ministério Público no Estado.

Esclareceu-se ainda que a necessidade de acompanhamento dos gestores da evolução da Pandemia da Covid-19, informando acerca do aumento de casos no fim do ano de 2020, com o relaxamento da população em geral com as medidas de prevenção, o que acarreta a necessidade de diálogo com os municípios. Pontuou-se que o Brasil contabilizou até ontem 6.728.452 casos de COVID, com cerca de 178.000.00 óbitos. Na Paraíba, cerca de

151.312,00 e 3.391 óbitos. Destacou que a região do Cariri tem cerca de 5.000 casos contatibilizados, com o agravante de não ter rede capacitada para atendimento da doença, sendo os casos referenciados para 2a e 3a macros regiões de Saúde, as quais estão com índices de ocupação elevados.

O Procurador JOSÉ GUILHERME FERRAZ DA COSTA informou que um primeiro ponto a ser discutido na reunião diz respeito às verbas repassadas pela União, ao passo que um segundo ponto será relativo às medidas adotadas pelos gestores para a prevenção e o combate à Pandemia.

O Procurador observou que, em outra reunião em houve a oportunidade de dialogar com os gestores, constatou-se que havia várias dúvidas acerca da possibilidade de uso das verbas repassadas pela União, sendo necessário, agora, saber quais políticas públicas foram implementadas com referidos recursos.

A Procuradora do Trabalho MARCELA ASFORA solicitou que os gestores explanassem a situação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), especialmente com relação aos funcionários de saúde, ainda mais considerando a proximidade de vacinação, destacando a necessidade de luvas e seringas.

Pelo município de Água Branca, a Secretária de Saúde IVANDLA FIRMINO BATISTA informou que ainda há recursos federais, que foram usados com a instalação de barreiras sanitárias fixas e móveis, compra de Ivermectina para profilaxia, compra de máscaras e álcool para todos os hipertensos, diabéticos e grávidas do município, compra de Azitromicina, Vitamina C, Vitamina D, Zinco e, caso o paciente concordasse, Hidroxicloroquina para tratamento precoce, aquisição de EPI's (máscaras, macacões, capotes, tocas, luvas etc), aquisição de testes rápidos, aquisição de equipamentos para o hospital, compra de um equipamento para teste de sorologia, instalação de um leito semi-intensivo no hospital para estabilização de pacientes enquanto não conseguem vaga em hospitais de referência. Informou que, embora o Estado afirme que os hospitais não atingiram 100% das vagas, há muitas dificuldades na regulação de pacientes, muitas vezes sendo informado que não há vagas. O Promotor de Justiça RANIERE DANTAS atentou para a necessidade de a regulação ser feita pelos sistemas informatizados corretos, pois tem conhecimento de que em alguns municípios as vagas são requeridas por telefone e que a informação repassada por esse meio pelos hospitais de referência é de que não há vagas. A Secretária informou, por fim, que ainda há recursos disponíveis, mas que são usados cotidianamente, havendo saldo positivo para o ano de 2021. A bandeira do município é amarela e segue o Decreto Estadual, com

fiscalização de aglomerações e eventos pela Vigilância Sanitária. Informou que a cidade não tem eventos e que a única situação de aglomeração é nas igrejas, que receberam máscaras e orientações para funcionamento.

Pelo Município de Amparo, a Secretária VERÔNICA RAFAEL informou que os recursos foram utilizados para instalação de um centro da Covid, com médicos, enfermeiro e técnico, compra de medicamentos, camas, oxigênio e testes rápidos. Há, também, barreiras sanitárias e orientações quanto a comportamentos em feiras, filas de banco, uso de máscaras e álcool em gel, além de desinfecção de pontos estratégicos três vezes por semana. Informou que, atualmente, a cidade está na bandeira amarela, com 24 (vinte e quatro) casos confirmados e curados, tendo sido descartados 260 (duzentos e sessenta) casos, com nenhum caso em investigação. Informou que segue o decreto estadual, com divulgação de informações pela Vigilância Sanitária do Município. Uma dificuldade relatada foi relativa ao policiamento. Também informou que há encontros privados na zona rural do município, que é extensa, o que dificulta a atuação da Prefeitura. Aduziu que há sobra de recursos, não tendo como responder se vai precisar de algo mais, pois hoje não há nenhum caso em investigação, mas pode surgir futuramente. Com relação a estoque de EPI's, não faltaram no município e já está encaminhada uma nova compra.

Pelo Município de Barra de São Miguel, ninguém se manifestou.

Pelo Município de Camalaú, a Secretária MÁRCIA LENITA CHAVES VENTURA informou que instalou e equipou 04 (quatro) barreiras sanitárias, comprou EPI's, álcool gel, máscaras e testes rápidos, efetuou desinfecção de prédios públicos, e houve conscientização da população através da Vigilância Sanitária. Informou que há saldo de recursos federais. A bandeira atual do município é amarela.

Pelo Município de Caraúbas, ninguém se manifestou.

Pelo Município do Congo, ninguém se manifestou em razão da dificuldade no áudio.

Pelo Município de Coxixola, o Prefeito GIVALDO LIMEIRA DE FARIAS informou que atualmente tem 62 (sessenta e dois) casos confirmados, com 02 (dois) óbitos, 01 (um) caso ativo e 04 (quatro) casos em investigação. Com relação à aplicação dos recursos, como o Município foi um dos primeiros do Cariri a ter casos, acabou tendo que

utilizar muitos recursos próprios, por exemplo com EPI's e instalação de barreiras sanitárias. Utilizou servidores da educação para orientação à população. Os recursos federais estão praticamente parados. Hoje, a bandeira é amarela e o município acompanha o Decreto Estadual, com a suspensão de todo o calendário de eventos públicos. Afirmou que irão sobrar praticamente todos os recursos, pois houve apenas 01 (uma) internação e o município comprou vários insumos com recursos próprios, quando ainda não tinha chegado os recursos federais. Reafirmou que o município tem estoque de EPI's e medicamentos.

Pelo município de Gurjão, ninguém se manifestou.

Pelo município de Imaculada, ninguém se manifestou.

Pelo Município de Juru, a Coordenadora de Vigilância ELISÂNGELA SOUZA informou que os recursos federais foram todos utilizados, com instalação de barreiras sanitárias, compra de EPI's, compra de equipamentos e substâncias para desinfecções, que são feitas todos os dias em pontos críticos, compra de testes rápidos, compra de álcool gel e máscaras, compra de equipamentos para os coveiros, compra de medicamentos e instalação de Centro de Enfrentamento ao Covid. Informou ainda que há um carro de som fazendo orientações à população. Informou que não sobrou nenhum recurso federal, e que há estoque suficiente de EPI's. Informou também que chegaram a ser aplicadas multas e até a interdição de um estabelecimento.

Pelo Município de Livramento, ninguém se manifestou.

Pelo Município de Monteiro, a Secretária Executiva de Saúde VIVIANE FERREIRA informou que há estoque suficiente de EPI's por mais 03 (três) meses, que há 07 (sete) barreiras sanitárias em pontos estratégicos, 02 (dois) centros de atendimento à Covid, testes com swab, sorologia e testes rápidos, desinfecções em lugares específicos, distribuições de máscaras, kits para os alunos da rede municipal, distribuição de álcool gel. Informou que o município está em bandeira amarela. Informou que, com as barreiras sanitárias, há gastos com seguranças e profissionais, EPI's, termômetros. A prefeita ANNA LORENA confirmou as informações trazidas e ainda informou a necessidade de reprogramar os recursos federais que não foram utilizados, dada a necessidade que pode vir a ocorrer. A Procuradora JANAINA ANDRADE DE SOUSA afirmou que o Município de Monteiro, de fato, realiza muitos testes, porém, necessita de alguns ajustes, como na atividade de barreiras sanitárias, que muitas vezes não realiza a fiscalização dos veículos que entram na cidade, e na feira livre, onde há aglomerações sem uso de máscaras. A Secretária Executiva VIVIANE FERREIRA, então,

informou que realizará adequações nas barreiras sanitárias e orientações na feira livre. Perguntada pela Procuradora do Trabalho MARCELA ASFORA se a estabilização dos pacientes é feita em unidades de saúde municipais, a Secretária Executiva VIVIANE FERREIRA respondeu afirmativamente, indicando que o protocolo é feito no hospital da cidade para posterior encaminhamento do paciente a Campina Grande, que é o centro de referência.

Pelo Município de Ouro Velho, ninguém se manifestou.

Pelo Município de Parari, ninguém se manifestou.

Pelo Município de Prata, ninguém se manifestou.

Pelo Município de Princesa Isabel, o prefeito RICARDO PEREIRA DO NASCIMENTO informou que a bandeira atual é laranja. Informou que foi o primeiro município a implantar um Comitê de Crise, com participação de Polícia Militar, Bombeiros, Ministério Público, Igrejas, que as despesas são comunicadas ao Conselho Municipal de Saúde, que já testou cerca de 15% da população, mas mesmo assim está havendo curva ascendente, que serão proibidas festas e funcionamento de bares, que seguirão as orientações estaduais, que há um saldo de recursos, mas que já foi direcionado, porque foi construído um anexo do Hospital Regional com 18 (dezoito) novos leitos, a ser entregue, que há 02 (dois) centos de enfrentamento, faltando um ser efetivado, que foi adquirido um tomógrafo para implantação de um centro de imagem, que também contará com ultrassonografia e raio-x, que há estoque de EPI's para 60 (sessenta) dias e que até o fim do mês será entregue ambulância, que há 03 (três) respiradores e serão adquiridos mais 02 (dois), a serem implantados na ala vermelha do anexo a ser instalado no Hospital Regional, a ser usado principalmente se houver superlotação em Piancó e Patos. Informou que não irá sobrar nenhum recurso. O Município, segundo o prefeito, está realizando notificações e amanhã será publicado novo decreto, com medidas ainda mais restritivas do que o governo estadual. Afirmou que aumentou a testagem, o que também explica o aumento de casos. Com relação aos 14 (quatorze) óbitos, houve casos de pessoas que saíram para cirurgias eletivas em outras cidades, de pessoas idosas e de pessoas com comorbidades. Também informou que a posição geográfica de Princesa Isabel, próximo ao Estado de Pernambuco, ao Vale do Piancó e à Serra do Teixeira, prejudica a situação do Município, que, conforme ressaltado pela Procuradora da República JANAINA ANDRADE DE SOUSA, é preocupante, tendo até mesmo os serviços da Prefeitura prejudicados em virtude da quantidade de servidores públicos infectados. No tocante às demandas de segurança e meio ambiente do trabalho, o MPT irá marcar evento próprio para

discussão do tema com o gestor.

Página 5 de 9

Pelo Município de Santo André, ninguém se manifestou.

Pelo Município de São Domingos do Cariri, ninguém se manifestou.

Pelo município de São João do Tigre, ninguém se manifestou. A Secretária informou via Whatsapp dificuldade técnica de ingresso na reunião virtual.

Pelo município de São José dos Cordeiros, a Secretária PETRUSHKA BEZERRA informou que o município está na bandeira amarela, com 50 (cinquenta) casos positivos, 01 (um) ativo e 12 (doze) em investigação. Informou que o município recebeu R\$ 549.700,00 (quinhentos e quarenta e nove mil e setecentos reais), que foram gastos com aquisição de EPI's, instalação de barreiras sanitárias, orientações à população, testagem no comércio, contratação de equipe para trabalhar especificamente com a população notificada, aquisição de testes rápidos, medicamentos dos protocolos, distribuição de máscaras. Informou que os eventos estão suspensos no município, apesar de haver certos problemas com bares e restaurantes. Foram adquiridos, também, totens de álcool gel e lavatórios. Informou que ainda há recursos em caixa, que são utilizados conforme a necessidade, e que há estoque de EPI's suficiente para 02 (dois) meses.

Pelo município de São Sebastião do Umbuzeiro, MÁRCIO LUIZ PEREIRA NEVES enfrentou problema de conexão e não conseguiu se manifestar.

Pelo Município de Serra Branca, ninguém se manifestou.

Pelo município de Sumé, a Secretária ALESSANDRA REGINA informou que o município tem 842 (oitocentos e quarenta e dois) casos confirmados, 112 (cento e doze) ativos e 4 (quatro) óbitos, que há muitos recursos em conta, que, no seu entender, poderão ser reprogramados para o próximo ano, conforme Acórdão do TCU, que há estoque de máscaras N95, e que, se não houver um aumento muito grande de casos, há estoque de testes rápidos, e EPI's para um ou dois meses. Por fim, afirmou que há a preocupação com luvas, pois as empresas estão pedindo, logo em seguida à licitação, um reajuste de preços, sendo necessário, muitas vezes, repetir o certame.

Página 6 de 9

Assinado digitalmente em 11/12/2020 08:51. Para verificar a autenticidade acesse [http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao\\_documento](http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao_documento). Chave 83E4A120.932E4420.E0E1C8B6.5E58DE8F

Pelo município de Taperoá, ninguém se manifestou.

Página 6 de 9

Pelo município de Tavares, o prefeito AILTON NIXON SUASSUNA informou que o município instalou barreiras sanitárias, com contratação de profissionais de saúde e seguranças, que houve distribuição de EPI's para os profissionais de saúde e de máscaras e álcool gel para a população em geral, que há estoque de EPI's até o fim do ano e que realizaram pregão eletrônico para aquisição de mais 2.000 (dois mil) testes rápidos, que há 280 (duzentos e oitenta) casos confirmados, com 270 (duzentos e setenta) recuperados, 2 (dois) óbitos e 8 (oito) em recuperação em isolamento. Informou que a Prefeitura realizou testes em todos os profissionais de saúde e servidores de outras Secretarias, como a de Assistência Social, que houve a doação de quase 3.000 (três mil) cestas básicas para beneficiários do bolsa-família e para os inscritos no CadÚnico, que houve a instalação de lavatórios públicos na zona urbana e na zona rural e locação de carros para as barreiras sanitárias, que não houve eventos durante a campanha eleitoral, mas a própria população fez uma "carreata da vitória" após o resultado, que houve a instalação de um Centro de Combate ao Covid e compra de equipamentos para o novo hospital de Tavares, a ser entregue ainda em dezembro/2020, que houve a implantação de uma gratificação a todos os profissionais de saúde no Município a ser paga até 31/12/2021. Afirmou que ainda tem recursos decorrentes de repasse do governo federal, mas que as contas ainda serão fechadas relativas ao mês de dezembro/2020, por isso não sabe se ainda ficarão com saldo no fim do ano.

Pelo Município de Zabelê, o Secretário JOSÉ LAYLSON informou que concedeu um aumento de 40% aos profissionais de saúde, comprou testes rápidos, EPI's e contratou profissionais de saúde. Informou, ainda, que segue o Decreto Estadual, que está na bandeira amarela e que haverá sobra de recursos.

Os Procuradores também indagaram aos presentes sobre eventual autorização ou realização pelas respectivas prefeituras de eventos de massa nesse período de final de ano em que está havendo o recrudescimento da pandemia. Todos foram uníssonos em afirmar que não autorizariam e fiscalizariam a proibição desses eventos, nos termos estabelecidos pelo decreto estadual em vigor.

O Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba LUCIANO ANDRADE FARIAS explicou que, nos últimos exercícios financeiros, a área técnica do TCE/PB vem modificando a sistemática de acompanhamento das prestações de contas dos gestores municipais, realizando um controle concomitante às despesas realizadas, no decorrer do ano, e não mais um controle repressivo somente ao final. Aduziu

Página 7 de 9

ainda que nessa mesma sistemática adotada no corrente ano, foi incorporado um acompanhamento específico para as despesas relativas ao combate à Covid-19, de forma que é possível ao TCE o acompanhamento regular das despesas realizadas, e que, nos termos de Acórdão proferido em 02/12/2020 pelo Tribunal de Contas da União, será necessário que os municípios façam as reprogramações financeiras dos recursos federais recebidos para o combate à Pandemia nos termos das normativas expedidas pelo Ministério da Economia.

A Procuradora do Trabalho MARCELA ASFORA informou que as situações específicas dos profissionais da área da saúde de Monteiro e dos servidores públicos de Princesa Isabel serão tratadas separadamente.

Por fim, o Secretário Executivo da FAMUP PEDRO DANTAS informou que a entidade está à disposição para auxílio aos diversos ramos do Ministério Público e se comprometeu a difundir entre os gestores o relatório do TCU no TC 016.873/2020-3, em continuidade aos Acórdãos n. 1.557/2020-TCU-Plenário e 2.026/2020-TCU-Plenário.

Foram feitos os seguintes encaminhamentos:

a) a Secretária de Saúde de Água Branca encaminhará ao MPF, em 10 (dez) dias, documentação acerca das informações de falta de vagas na regulação do Estado no tocante a pacientes com COVID;

b) os Municípios deverão encaminhar ao MPF no prazo de 10 (dez) dias planilhas de gastos realizados e planejados, com as devidas justificativas, com cada item relativo à pandemia e justificativas técnicas dos protocolos adotados para aquisição de insumos, medicamentos e equipamentos.

**JOSÉ GUILHERME FERRAZ DA COSTA**

Procurador da República

**JANAINA ANDRADE DE SOUSA**

Procuradora da República

**LUCIANO ANDRADE FARIAS**

Procurador do Ministério Público de Contas - PB

**RANIERE DA SILVA DANTAS**

**Promotor de Justiça**

**ADRIANA AMORIM DE LACERDA**

**Promotora de Justiça**

**MARCELA DE ALMEIDA MAIA ASFORA**

**Procuradora do Trabalho**

**RANIERE DA SILVA DANTAS**

**Promotor de Justiça**

**ADRIANA AMORIM DE LACERDA**

**Promotora de Justiça**

**MARCELA DE ALMEIDA MAIA ASFORA**

**Procuradora do Trabalho**



Assinatura/Certificação do documento **PRM-MO-PB-00004048/2020 ATA**

Signatário(a): **JOSE GUILHERME FERRAZ DA COSTA**

Data e Hora: **11/12/2020 11:20:15**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JANAINA ANDRADE DE SOUSA**

Data e Hora: **11/12/2020 08:51:23**

Assinado com certificado digital

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 83E4A120.932E4420.E0E1C8B6.5E58DE8F